Rio de Janeiro, 22 de junho de 2022

Ilmo. Senhor
Braz Antônio Masullo
Presidente do Conselho Deliberativo do Fluminense Football Club

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL A RESPEITO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2021

O Conselho Fiscal (CFis), em cumprimento às disposições do artigo 36, inciso VI, do Estatuto Social do Fluminense Football Club, apresenta para apreciação e julgamento do Conselho Deliberativo o relatório e o parecer referentes às Demonstrações Financeiras do ano de 2021 elaboradas e propostas pelo Conselho Diretor conforme artigo 40, inciso XI do referido estatuto.

Muito embora a apreciação e votação dos Conselheiros do clube sobre as Demonstrações Financeiras devam ocorrer, por força estatutária, até o fim do primeiro trimestre, este Conselho somente recebeu as referidas Demonstrações Financeiras no dia 04 de maio, iniciando sua análise no dia 11 de maio.
Foram analisados os demonstrativos contábeis, notas explicativas, o relatório dos auditores independentes e os documentos, informações e esclarecimentos disponibilizados pelo Conselho Diretor, submetendo, assim, ao Conselho Deliberativo, o parecer acerca da prestação de contas anual do Clube, do exercício de 2021.

Nossa análise contou com os esclarecimentos do gerente de controladoria, Sr. Davi Silva, do apoio do CFO do clube, Sr. Leonardo Iunes, bem como da Sra. Lívia Souza, Especialista em Controladoria, além de diversas reuniões virtuais e presenciais com o time de conselheiros fiscais.

A atuação de todos os Conselheiros Fiscais do Fluminense esteve sujeita ao risco de detecção, característico de análises de documentos e registros informatizados, e foram limitados à documentação disponibilizada e às informações prestadas pelo Conselho Diretor, bem como da área financeira/jurídica do clube.

Esclarecidos esses pontos, vamos à análise dos números:

RECEITAS:

a) Receita Bruta:

O clube encerrou o ano de 2021 com receita bruta de pouco mais de R$ 333,6 milhões. Ao compararmos com o ano de 2020, temos uma variação positiva de 71,69%, visto que neste ano a receita bruta foi de pouco mais de R$ 194,3 milhões.

Os motivos para a variação citada devem-se, principalmente a:

- Aumento de 101,52% nos direitos de transmissão e premiações:

		2021	2020
Direitos de transmissão e premiações por performance	(i)	176.802	87.733

Este aumento se justifica em alguns pontos, como o recebimento de parte dos direitos de transmissão e premiações de 2020 (R$ 36,527 milhões), visto que o campeonato brasileiro foi concluído apenas em fevereiro de 2021, além da participação na Copa Libertadores, que rendeu R$ 28,386 milhões em premiações por performance.

Observação: No ano de 2020, o clube teve receita referente a multa recebida pela rescisão de contrato dos direitos de transmissão do Campeonato Carioca. O valor foi de R$ 18 milhões, sendo contabilizado apenas no referido ano.

- Aumento de 117,73% na venda de direitos econômicos de atletas:

		2021	2020
Transferências de atletas e mecanismo de solidariedade	(ii)	109.593	50.333

Destaca-se neste item a venda dos atletas Kayky (R$ 63,539 milhões) e Metinho (R$ 30,201 milhões), que representaram 85,53% do total das vendas de atletas em 2021.

- Aumento de 105,77% em patrocínios:

	2021	2020
Patrocínios	20.102	9.769

O aumento desta receita foi considerável, fruto da reestruturação da área comercial do clube. Ainda assim, este Conselho entende que em relação à essa receita existe potencial de crescimento ainda maior do apresentado no ano de 2021.

- Reduções em receitas do programa sócio torcedor, bilheteria, bem como do Timemania:

	2021	2020
Programa sócio-torcedor	8.762	10.554
Bilheteria e outras receitas em jogos	2.555	3.205
Timemania	1.583	1.631

As reduções, do programa sócio torcedor (17%) e de bilheteria (20%), têm conexão direta com os efeitos da pandemia COVID-19. Já com relação ao Timemania, a variação foi de apenas 3%.

b) Receita Líquida:

A receita líquida do clube atingiu o montante de R$ 313,9 milhões, após subtraída da receita bruta os impostos, contribuições e Direito de Arena, conforme abaixo:

	2021		
	Futebol	Clube social e esportes amadores	Total
Receita operacional bruta	320.192	13.441	333.633
Impostos e contribuições	(10.167)		(10.167)
Direito de arena	(9.531)		(9.531)
Receita líquida	300.494	13.441	313.935

DESPESAS:

a) Despesas totais:

As despesas totais do clube em 2021 ficaram em pouco mais de R$ 342,1 milhões, montante este 54,79% maior do que em 2020, que foi de pouco mais de R$ 221 milhões.

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	2.1(a)	313.935	183.416
Custos e despesas operacionais			
Salários, encargos e benefícios com funcionários	2.1(b)	(186.288)	(112.564)
Transporte e outros gastos com jogos e competições	2.1(c)	(28.594)	(15.376)
Serviços de terceiros, incluindo comissões sobre vendas	2.1(d)	(18.524)	(8.598)
Provisão para contingências, líquida	2.3(d)	(13.869)	(16.061)
Amortizações e baixas dos direitos de jogadores	2.3(a)	(13.956)	(11.284)
Depreciações/ amortizações de imobilizado e outros intangíveis	2.3(b) e 2.3(a)	(4.153)	(4.915)
Tributos incidentes sobre operações de câmbio		(5.985)	(809)
Gastos gerais	2.1(e)	(19.661)	(13.269)
Total dos custos e despesas operacionais		(291.030)	(182.876)
Superávit antes do resultado financeiro		22.905	540
Receitas financeiras		26.176	33.905
Despesas financeiras		(51.140)	(37.367)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	2.1(f)	(24.964)	(3.462)
Déficit do exercício		(2.059)	(2.922)

Desse aumento das despesas totais do clube, destacamos as seguintes contas:

2.1(b) Salários, encargos e benefícios com atletas e demais funcionários

Os custos e despesas são reconhecidos de acordo com o regime de competência.

	2021	2020
Salários a atletas e demais funcionários	99.969	63.760
Direito de imagem a atletas	18.068	10.344
Remuneração de prestadores de serviço (Futebol)	6.480	5.193
Remuneração de prestadores de serviço (Outras áreas) (i)	5.643	4.062
Subtotal - remuneração direta	130.160	83.359
Prêmios e gratificações	18.694	4.257

Os aumentos significativos nas contas destacadas acima, referem-se, principalmente, aos pagamentos de salários, direito de imagens, fruto do maior investimento na Folha de pagamentos do futebol profissional.

As premiações referentes ao ano de 2020, que foram pagas durante o ano de 2021, também justificam os referidos aumentos.

b) Despesas financeiras líquidas:

O clube teve em 2021 despesas financeiras maiores que as receitas financeiras, gerando uma despesa financeira líquida de R$ 24,964 milhões.

2.1(f) Receitas e despesas financeiras

	2021	2020
Receita financeira		
Descontos financeiros obtidos	25.288	17.170
Variação cambial	888	16.735
Total da receita financeira	26.176	33.905
Despesa financeira		
Juros e encargos de parcelamento de impostos	(26.505)	(19.415)
Juros e encargos de financiamento e antecipação de recebíveis	(15.140)	(7.864)
Variação cambial	(5.569)	(8.402)
Outras despesas financeiras, líquidas	(3.926)	(1.686)
Total da despesa financeira	(51.140)	(37.367)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(24.964)	(3.462)

No ano de 2020, as receitas (despesas) financeiras, líquidas ficaram em R$ 3,462 milhões.

A justificativa do aumento das referidas despesas, deve-se:

a) Variação cambial (valorização frente ao Real);
b) Aumento da taxa de juros em 2021;

O aumento das Despesas Financeiras foi minimizado devido à obtenção de descontos financeiros em parcelamento de tributos, nos quais listamos abaixo:

1) Abatimento de multa e juros no parcelamento de tributos a recolher de INSS e IRRF, com a PGFN, no montante de R$ 11 milhões;
2) Ajuste de débito junto ao PROFUT, no montante de R$ 14,2 milhões.

RESULTADO DO EXERCÍCIO:

Chegamos, enfim, ao resultado do exercício do clube. Vejamos:

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	2.1(a)	313.935	183.416
Custos e despesas operacionais			
Salários, encargos e benefícios com funcionários	2.1(b)	(186.288)	(112.564)
Transporte e outros gastos com jogos e competições	2.1(c)	(28.594)	(15.376)
Serviços de terceiros, incluindo comissões sobre vendas	2.1(d)	(18.524)	(8.598)
Provisão para contingências, líquida	2.3(d)	(13.869)	(16.061)
Amortizações e baixas dos direitos de jogadores	2.3(a)	(13.956)	(11.284)
Depreciações/ amortizações de imobilizado e outros intangíveis	2.3(b) e 2.3(a)	(4.153)	(4.915)
Tributos incidentes sobre operações de câmbio		(5.985)	(809)
Gastos gerais	2.1(e)	(19.661)	(13.269)
Total dos custos e despesas operacionais		(291.030)	(182.876)
Superávit antes do resultado financeiro		22.905	540
Receitas financeiras		26.176	33.905
Despesas financeiras		(51.140)	(37.367)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	2.1(f)	(24.964)	(3.462)
Déficit do exercício		(2.059)	(2.922)

Após o detalhamento das receitas e despesas, este Conselho Fiscal conclui que apesar da existência de Superávit antes do resultado financeiro (R$ 22,905 milhões), houve déficit no exercício de R$ 2,059 milhões.

Como foi destacado em nossa análise (item b), as despesas financeiras líquidas ficaram em R$ 24,964 milhões e impactaram diretamente no resultado do exercício do clube.

As Despesas Financeiras (juros e encargos em parcelamento de impostos, de financiamentos e antecipação de recebíveis, as variações cambiais, como também de outras despesas financeiras), contribuíram diretamente para que o clube deixasse de ser superavitário no ano de 2021.

Despesa financeira		
Juros e encargos de parcelamento de impostos	(26.505)	(19.415)
Juros e encargos de financiamento e antecipação de recebíveis	(15.140)	(7.864)
Variação cambial	(5.569)	(8.402)
Outras despesas financeiras, líquidas	(3.926)	(1.686)
Total da despesa financeira	(51.140)	(37.367)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(24.964)	(3.462)

PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE:

O parecer da Mazars, auditoria independente contratada pelo clube, aponta que as demonstrações financeiras representam adequadamente, as posições patrimonial e financeira do Fluminense Football Club em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades desportivas.

A auditoria fez constar, contudo, uma ressalva, assim descrita:

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota 2.2(f) às demonstrações financeiras, o Clube aderiu, em 2015, ao Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT). Em 31 de dezembro de 2021, o valor total referente à dívida junto ao PROFUT, reconhecida no passivo circulante e não circulante, era de R$ 148.364 mil (2020 - R$ 166.503 mil). Até a data do nosso relatório, não obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes sobre o cumprimento das condições estabelecidas na Portaria Conjunta PGFN/RFB n° 1.340. Consequentemente, não foi possível determinar se havia necessidade de ajustar os saldos e classificação do parcelamento fiscal PROFUT entre passivo circulante e passivo não circulante, nas demonstrações financeiras.

Acerca da ressalva supracitada, é sabido que todas as entidades desportivas profissionais de futebol que aderiram ao PROFUT, para se manter no referido programa, devem atender às condições estabelecidas na Lei nº 13.155, de 04 de agosto de 2015 e da Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 1.340.

Podemos citar como exemplo o pagamento em dia das parcelas dos débitos e pagamento dos salários e tributos correntes como algumas das exigências previstas no programa.

Deixar de cumprir as exigências previstas na Lei que rege o PROFUT pode gerar impacto financeiro ao clube, exclusão de parte do referido parcelamento, dentre outros impactos negativos à instituição.

Essa é uma realidade que acompanha a maioria dos clubes de futebol do país, situação que somente cessará quando o clube tiver controle do seu passivo e passar a manter suas contas correntes em dia.

OBSERVAÇÕES SOBRE O REGIME CENTRALIZADO DE EXECUÇÕES - RCE

Em outubro e novembro de 2021, na esfera cível e trabalhista respectivamente, o clube obteve a suspensão de todas as execuções judiciais contra o clube, ou seja, todos os processos em fase de execução foram suspensos em seus respectivos tribunais. Com isso, vislumbrou-se a abertura do Regime Centralizado de Execuções (RCE).

Com base na Lei nº 14.193, de 06 de agosto de 2021, que dentre outras coisas dispõe sobre o tratamento dos passivos das entidades de práticas desportivas, o clube apresentou em janeiro de 2022, um plano de pagamento de seus credores cíveis e trabalhistas.

Na esfera cível o plano de pagamento foi deferido, enquanto na esfera trabalhista, o requerimento feito pelo clube aguarda deferimento.

O plano de pagamento prevê o depósito mensal de R$ 1,5 milhão, onde R$ 1,2 milhão será destinado ao pagamento de dívidas trabalhistas enquanto R$ 300 mil serão destinados às dívidas cíveis. Existe também a previsão de um depósito anual de, no mínimo, R$ 6 milhões, visando a aceleração de pagamentos.

Este Conselho entende que se trata de um importante passo, mesmo que a médio e longo prazo, para o clube equacionar as suas dívidas nas esferas cível e trabalhista, além de proporcionar uma melhor organização econômica, visto que concentra os processos judiciais em um único juízo para cada área e, permanecendo adimplente, evitam penhoras e/ou ordem de bloqueios de valores das contas do clube.

Este Conselho permanecerá atento ao cumprimento por parte do clube dos pagamentos previstos no citado Regime Centralizado de Execuções.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Com base nas Demonstrações Financeiras dispostas, no parecer da Mazars Auditores Independentes, em todos os relatórios solicitados e fornecidos pelo Contador do Clube, Sr. Davi Cardoso da Silva e após as diversas reuniões de toda a composição do seu quadro, o Conselho Fiscal do clube apresenta a V.S.ª, integrando o presente relatório, seu Parecer a respeito das contas apresentadas do exercício de 2021 pelo Conselho Diretor.

Neste sentido, nosso Parecer, quanto aos números que foram auditados, é no sentido de que estão devidamente alinhados à realidade econômico-financeira do Fluminense Football Club em 31 de dezembro de 2021.

Pelos motivos expostos, este Conselho Fiscal apresenta opinião pela aprovação das contas do exercício de 2021.

RODRIGO DA CRUZ OLIVEIRA
Presidente do Conselho Fiscal

EDUARDO CARLOS COUTINHO MONTEIRO
Vice-Presidente do Conselho Fiscal

MARCOS MENDES AMARAL
Secretário